

O Litoral Sergipano Sob a Égide do Desenvolvimento Econômico: Uma Análise a Partir dos Povos e Comunidades Tradicionais

Jhonatas R. Macario de Araújo¹; Franklin de Oliveira Ribeiro Sobrinho²; Israel Ivison Moreira Santos³; Samuel Santana Silva⁴.

O presente trabalho tem como objetivo debater o desenvolvimento capitalista no campo, realizando um resgate de categorias marxistas que serviram para dar suporte à análise da questão agrária⁵. As categorias trabalhadas na pesquisa até aqui foram acumulação primitiva, concentração e centralização de capital. Também se discutiu o desenvolvimento na perspectiva desenvolvimentista que segue sendo usada como retórica dos projetos. A luz da perspectiva crítica que se analisa o desenvolvimento recente do capital no campo e os impactos na questão agrária no litoral de Sergipe. É nesta perspectiva que se busca debater a acumulação capitalista no espaço costeiro sergipano, território de dezenas de comunidades e povos tradicionais que há décadas convivem com os impactos do desenvolvimento de grandes empreendimentos como a indústria petrolífera, indústria energética, da atividade canavieira, da carcinicultura e mais recentemente da especulação imobiliária e outras atividades vinculadas ao turismo e lazer. Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo foram a pesquisa bibliográfica, a observação das reuniões com lideranças das comunidades e a estatística descritiva.

Muitas das localidades investigadas são comunidades rurais, de modo que as formas de acumulação de capital que vem se desenvolvendo na região suscitam e/ou agravam de forma significativa a questão agrária, uma vez que, “A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz” (MARTINS, 1995, p.160). O papel do Estado por sua vez, é primordial para a manutenção desse processo; como elucida Delgado (2005), no contexto contemporâneo vigora um “pacto de classe” entre o capital e o Estado, que realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas estatais.

A expropriação dos povos do campo é condição de fato, para a construção das relações sociais capitalistas. “Em nossos dias essa expropriação se exacerba sobre quem resiste bravamente, inclusive por saber o destino que lhes espera, amontoados em cidades iníquas.” (FONTES et al, 2014, p. 307). Para os turiferários da globalização a liberação e desregulamentação precisam ser levadas até o fim para que as empresas tenham liberdade de movimentos e que “todos os campos da vida social sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado” (CHESNAIS, 1996, p. 25), retirando assim o direito a terra dos povos e comunidades tradicionais, que é quem de fato preserva e respeita a reprodução da vida, tendo a consciência de que “esses ecossistemas, esses territórios que a gente se utiliza é que de fato é que tá dando... ainda mantém muita gente trabalhando, e é isso que a gente tem que tentar garantir” (entrevistada do município de Barra dos Coqueiros -SE ‘F’, 32 anos).

¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

² Graduando do curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

³ Graduando do curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

⁴ Graduando do curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

⁵ Este texto é resultado de um projeto PIBIC que tem como escopo a análise do desenvolvimento do capital no campo e a pertinência das categorias marxistas para a análise da questão agrária no contexto contemporâneo.